

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.053 - PR (2019/0301041-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : VANDRO MARCIO TABORDA ROCHA
ADVOGADO : VANDRO MARCIO TABORDA ROCHA - PR013784
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MAURICIO KAZUO MORIYA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de MAURÍCIO KAZUO MORIYA apontando como autoridade coatora o Desembargador Celso Jair Mainardi, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0050432-41.2019.8.16.0000).

Narra o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que *"foi condenado em regime semiaberto e a progressão de sua pena opera-se em 1/6, ou seja, teria que cumprir 1 (um) ano e 13 (três dias) dias, para poder progredir, temos que o lapso temporal se encontra preenchido, devendo a ele ser concedido o regime aberto"* (e-STJ fl. 6).

Sustenta, outrossim, que *"formulado tal pedido junto ao Juízo de Execuções Penais de Apucarana – PR, o mesmo deixou de se pronunciar sobre o pleito DE DETRAÇÃO, entretanto fixando o marco para obtenção de benefícios"* (e-STJ fl. 6), contudo *"o correto seria que o magistrado a quo deveria proceder com a detração penal e alterar o regime de cumprimento para o aberto, tendo em vista que o réu deveria sempre ser beneficiado sempre com regime menos gravoso."* (e-STJ fl. 9).

Alega, assim, que *"houve uma contradição na decisão judicial articulada, considerando que é direito legal do apenado ter o benefício da progressão de regime, abatendo o período em que ficou recluso preventivamente, conforme dispõe a súmula 716 do STF. 'Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória'"* (e-STJ fl. 9).

Requer a concessão da ordem para que seja realizada a detração penal da pena efetivamente cumprida, ou seja, 1 ano, 6 meses e 10 dias, alterando-se o regime

Superior Tribunal de Justiça

inicial para cumprimento de pena para o regime aberto.

É o relatório.

No caso dos autos, verifica-se que a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, tendo sido indeferida a liminar, em decisão cujo teor transcrevo a seguir (e-STJ fls. 15/17):

II – A concessão liminar da ordem de *habeas corpus* pressupõe, além da comprovação da urgência da medida, a demonstração inequívoca da plausibilidade do direito invocado, requisito este que, no particular, não se faz presente.

Acerca da análise da liminar em sede de writ, o Professor Aury Lopes Jr (LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1349), assim leciona:

"impetrado e recebido o *habeas corpus*, o juiz ou tribunal competente analisará a verossimilhança da fundamentação fática e jurídica da ação, e, se houver pedido, decidirá acerca da medida liminar postulada. Trata-se de uma decisão interlocutória de natureza cautelar, em que devem ser demonstrados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* do alegado. (...) A concessão ou denegação da medida liminar postulada pelo juiz ou relator (quando o *habeas corpus* tramita em tribunais) não encerra a ação, pois ainda haverá uma manifestação sobre o mérito, em que a liminar poderá ser concedida (quando negada inicialmente), mantida (quando concedida) ou cassada (foi concedida, mas no mérito, ao ser julgado o *habeas corpus*, é cassada e é negado provimento ao pedido)"

Nos termos do posicionamento da jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal entende que, em análise preliminar de pedido de *habeas corpus*, somente a relevância das questões aventadas, não autoriza a concessão de liminar quando necessário o exame da pretensão em caráter definitivo.

"As questões suscitadas, embora relevantes, não evidenciam hipóteses que autorizem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. Consideradas as circunstâncias da causa, o exame da pretensão será feito no momento próprio, em caráter definitivo." (STF – Medida Cautelar no Habeas Corpus 128278/PR – Decisão Monocrática Relator Ministro Teori Zavascki – 25/05/2015)

Na particularidade do caso, não vislumbro a possibilidade de concessão, em caráter liminar, da ordem, porquanto nesta estreita via cognitiva não se extrai vício manifesto na atuação jurisdicional prestada na origem.

Demais disso, destaque-se que a análise a suposta inidoneidade do não reconhecimento da detração penal, no período em que cumpriu medida alternativa, é matéria a ser tratada em sede de recurso de agravo, o que coloca em xeque, no presente caso, a possibilidade de deferimento de liminar.

Logo, inexistindo constrangimento ilegal passível de verificação *ictu oculi*, bem como por reputar necessário o exame da pretensão em caráter definitivo, com cognição mais aprofundada por este Órgão

Superior Tribunal de Justiça

Colegiado, indefiro o pedido liminar.

Como é cediço, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que, da análise do excerto acima transcrito, não verifico ocorrer.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe *habeas corpus* perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em *writ* impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. [...]

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio *mandamus*, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

As questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Não se pode desconsiderar, ainda, que as questões relativas ao pleito de detração ou ao eventual direito do paciente de progressão ao regime aberto nem sequer foram apreciadas em primeira instância, de modo que fica obstado o exame das matérias diretamente por esta Corte, sob pena de dupla e indevida supressão de instância e de violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator